

GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

*Janete Valéria dos Santos**
*Neide Barrocá Faccio***

RESUMO: Com o intuito de empreender uma reflexão da relação entre “patrimônio cultural” e “sítios arqueológicos pré-coloniais” pertencentes a grupos da etnia guarani, no Município de Iepê-SP, o presente artigo apresenta um viés que abrange a propriedade humana de constantemente (re)criar a sua cultura junto ao processo social de construção do lugar que, por extensão, o apropria (de forma real e simbólica) como elemento básico de constituição da identidade.

PALAVRAS-CHAVES: paisagem, lugar, sítios arqueológicos, identidade, patrimônio cultural e cultura guarani.

ABSTRACT: With the aim of engaging a reflection on the relationship between “cultural patrimony and “pre-colonial archeological sites” belonging to the Guarani ethnic groups, in the town of Iepê-SP, this article presents a view that comprises the human characteristic of constantly (re)creating its culture along the social process of construction of the place that, as a continuity, appropriates it (in fact and symbolically) as basic element of constitution of the identity.

KEY-WORDS: landscape, place, archeological sites, identity, cultural patrimony and Guarani culture.

Introdução

O lugar, objeto deste texto, situa-se na margem do Rio Paranapanema, sob a influência das águas do lago da Usina Hidrelétrica da Capivara, localizada no Município de Iepê, Estado de São Paulo, onde se evidenciam alguns sítios arqueológicos¹, pertencentes a grupos da etnia guarani que povoaram essa área em época pré-colonial.

* Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Campus de Aquidauana/UFMS.

** Profa. Doutora do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, da FCT/UNESP.

¹ Segundo Morais (1998), sítio arqueológico é o local passível de investigação, dotado de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado.

O interesse pelo estudo dessa área é decorrência do desenvolvimento de um salvamento arqueológico, no ano de 2000, no âmbito dos objetivos assumidos pelo Projeto Paranapanema (ProjPar), que visava ao resgate de elementos da cultura material guarani expostos no solo em decorrência do abaixamento do nível d'água do reservatório da Usina Hidrelétrica da Capivara. É essa experiência estabelecida a partir da exploração de sítios arqueológicos que se constitui a fonte norteadora à discussão que aqui se apresenta.

Nesse sentido, é importante esclarecer que o objeto do enfoque é uma expressão momentânea desse lugar, o qual possibilita registrar uma **paisagem**, onde o realce de análise é dado a partir dos sítios arqueológicos. Nessa paisagem, além da presença de vestígios cerâmicos e líticos que permitem caracterizar esse lugar como uma antiga ocupação de índios guarani, há também a própria presença da equipe dos cientistas, dentre eles arqueólogos (**FOTOS 1, 2 e 3**). Atentar a esse último fato se deve ao objetivo de fazer mais completa a leitura da paisagem, ultrapassando as primeiras impressões obtidas, e assim haja uma maior segurança no desvendamento da dinâmica que acontece nesse lugar.



Foto 1: Área do sítio, evidenciação de urnas funerárias. Sítio Arqueológico Agüinha, Iepê, São Paulo.
Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).



Foto 2: Área de Decapagem, Sítio Lagoa Seca II, Iepê, São Paulo. Nessa foto, pode-se ver a coleta do material arqueológico em superfície na área de decapagem. Ao fundo, no limite com a presença das gramíneas, averigua-se a baixa das águas do lago da Usina da Capivara, acarretando a exposição do solo que se encontrava submerso e vegetação recente. Fotografia: Neide Barrocá Faccio (2000).



Foto 3: Área de cortes de verificação, Sítio Lagoa Seca, Iepê, São Paulo. Nessa foto, podem-se ver os cortes de verificação em solo exposto pelo abaixamento do nível d'água do reservatório da Usina Hidrelétrica da Capivara. Ao fundo, na outra margem, tem-se o Estado do Paraná. Fotografia: Neide Barrocá Faccio, 2000.

Assim, parte-se do pressuposto de que a presença de tais profissionais se faz justificada pelos ideais do patrimônio cultural que valorizam os artefatos arqueológicos da cultura guarani, haja vista que esses

objetos refletem uma história pretérita produzida por homens e mulheres no seu processo de ocupação e transformação da superfície terrestre em seu lugar de sobrevivência e, portanto, de afetividade, de identidade. Dessa forma, esse “lugar possível guarani”, apreendido por meio do estudo dos sítios arqueológicos, na sua historicidade, veio a constituir o que chamamos hoje de Município de Iepê².

De acordo com os estudos de cunho arqueológico, atualmente, conclui-se que essa área foi amplamente povoada por grupos guarani, em época pré-colonial, considerando-se o número de sítios localizados no município, a saber, 12 sítios arqueológicos. Regionalmente, o Rio Paranapanema comparece como uma área de grande interesse arqueológico. Por extensão, também é inegável a condição que esse material arqueológico possui como patrimônio da humanidade, mas, acima de tudo, como componente da memória nacional.

Um pouco de etnohistória envolvendo os índios guarani para compreensão do processo de construção da paisagem do Vale do Rio Paranapanema, margem paulista

De acordo com as evidências arqueológicas, o povoamento no Vale do Rio Paranapanema deve ter surgido por volta dos oito mil anos antes do presente, conforme diagnosticam as datações do sítio arqueológico mais antigo já descoberto – Brito – situado no Município de Sarutaiá, trecho médio-superior do referido vale. A partir desse episódio, hordas de caçadores-coletores passaram a percorrer o território, até por volta de mil anos antes do presente. A partir daí, ocorre a ocupação maciça de grupos horticultores-ceramistas da Tradição Tupiguarani, até os primeiros contatos com os jesuítas espanhóis (MORAIS, 1999).

“Os guarani são povos definidos lingüisticamente como fazendo parte do grande Tronco Tupi, com uma ampla dispersão no território brasileiro, englobando as línguas da Família Tupi-Guarani” (OLIVEIRA, 2002, p. 81).

Conforme aponta Noelli (1993, p. 57-58), o PRONAPA descreveu a cerâmica Tupiguarani como

[...] uma tradição cultural caracterizada por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás. (PRONAPA, 1970 apud NOELLI, 1993, p. 57-58).

² Há de se levar em consideração a escala mais adequada para análise do objeto, o qual aqui é tomado no âmbito da organização municipal.

A evidência de material cerâmico mais antigo na região Amazônica, entre 5000 e 7000 anos atrás, bem como, o reconhecimento atual de que quase todas as famílias lingüísticas do Tronco Tupi se concentram na região do alto Madeira, atribui a essa região, a condição de ponto inicial de dispersão de grupos ceramistas relacionados à Tradição Tupiguarani ou, melhor dizendo, grupos tupi e guarani.

Segundo aponta Figuti (2000), a confecção da cerâmica por povos que viviam na Amazônia durante o período Arcaico e início do Formativo é decorrente da imposição do ambiente de floresta fechada em domesticar tubérculos, como a mandioca e a batata doce, para que sobrevivessem. Nesse habitat, então, para a preparação de tais alimentos, principalmente, começaram a fabricar peças em cerâmica. Assim, os povos conhecedores da técnica de confeccionar cerâmica voltada para o preparo e armazenagem de alimentos, são denominados horticultores-ceramistas.

Atentando para as várias particularidades existentes na floresta tropical úmida, a grande maioria das pessoas, que viveram nos tempos arcaicos, dirigiu-se para as várzeas amazônicas. No entanto, com a intensificação do aumento populacional ao longo das várzeas dos rios,

[...] o acesso às limitadas áreas de várzea acabou por gerar pressões que precisaram ser aliviadas por meio de migrações em busca de ambientes similares, [...] a fim de lidar com tais situações de stress de subsistência, o que se reflete não só no registro arqueológico, mas também na distribuição descontínua das principais línguas das terras baixas. (GOMES, 2002, p. 59).

Assim, é suposto que tenha começado a haver uma competição pelas ricas áreas agricultáveis e de pesca, “[...] e provavelmente, agravou-se ainda mais, quando as poucas terras disponíveis para a agricultura de roça tiveram que ser reutilizadas antes de terem sua fertilidade restaurada” (MEGGERS, 1992 apud GOMES, 2002, p. 52).

Segundo Scatamacchia (1990, p. 58),

a Amazônia experimentou períodos alternados entre úmidos e secos, com datação que localiza o episódio mais recente entre 3.000 e 2.000 anos passados, tornando desta forma, contemporâneo à data estimada para a dispersão tupi-guarani.

Nesse sentido, segundo Fausto (1992, p. 382), Brochado compreende que o processo de dispersão tupi-guarani seria assim:

[...] os proto-Guarani teriam rumado para o sul via Madeira-Guaporé e atingido o rio Paraguai, espalhando-se ao longo de sua bacia desde o início da era cristã [...], já os proto-Tupinambá teriam descido o Amazonas até a sua foz, expandindo-se, em seguida, pela estreita faixa costeira em sentido oeste-leste, e depois norte-sul. A ocupação total do litoral teria ocorrido entre 700 - 900 d.C. e 1000 - 1.200 d.C., quando os grupos tupi mais ao sul teriam sua expansão barrada pelos guarani. (BROCHADO, 1984 apud FAUSTO, 1992, p. 382).

Tendo os contextos arqueológicos como suporte, o modelo proposto por Brochado é de grande aceitação. Na cerâmica da Subtradição Guarani, reconhece-se como característica a decoração plástica, com predomínio do corrugado, e a presença de urnas funerárias. Devido a essas características é também conhecida como Subtradição Corrugada. Por sua vez, a cerâmica da Subtradição Tupinambá, ou Subtradição Pintada, caracteriza-se pela presença de decoração pintada policrômica.

Como complementa Robrahn González (1996), a Tradição Polícroma Amazônica teria como data mais recuada 1500 a.C., a qual teria sofrido a primeira fração no ano de 100 d.C., relacionada a grupos guarani, e o segundo desmembramento, relacionado a grupos tupinambá, por volta do ano 500 d.C., os quais descendo pelo litoral, mais tarde, deparavam-se ao sul de São Paulo com o primeiro movimento migratório - os guarani.

Como resultado dessa rota migratória, "[...] o Vale do Paranapanema comparece como região [...] limite para ocupação de grupos tupi, ao norte e guarani, ao sul" (ROBRAHN GONZÁLEZ, 2000, p. 26).

Ressalta Scatamacchia (1990, p. 54):

para o índio possuidor de uma técnica naval desenvolvida, quase toda a zona tropical e parte temperada da América do Sul estavam ligadas por grandes vias fluviais de percorrer, o que significava o fácil tráfego entre as duas grandes bacias hidrográficas, a Amazônica e a do Prata [ou comumente, Rio Paraná, o qual tem como um dos seus afluentes o Rio Paranapanema].

Como reforça Montoya, havia facilidade em se viajar durante dias navegando pelos rios, assim como os padres fizeram no século XV pelo Rio Paranapanema, relatado no trecho,

[...] guió-los el cielo por un río llamado Paranapane, que quiere decir río desdichado y sin ventura. [...]. Navegaron por este río arriga diez u once días, todo despoblado, y ao cabo dieron en un pueblo que estaba orilla del mismo río y por un lado le ceñía un arroyón llamado Pirapó ([1639] 1989, p. 60).

As pesquisas arqueológicas apontam que, navegando os Rios Paraná e Paranapanema, os ceramistas guarani foram os primeiros a penetrarem no Vale do Paranapanema. Para a região são atribuídas as datações absolutas de 205 d.C. (Sítio Neves em Agissê, São Paulo) a 1480 d.C. (Sítio Almeida em Piraju, São Paulo), e os dados históricos que atestam sua presença nos séculos XVI e XVII.

Os povos guarani, como horticultores-ceramistas, têm na agricultura a principal atividade econômica. No entanto, é marcante que as grandes vasilhas de cerâmica, além de terem sido produzidas voltadas à alimentação, também eram utilizadas para fazer enterramentos entre os guarani. Como relato “etnográfico”, o padre espanhol Montoya no século XVI descreve este costume de enterramento entre os índios guarani assim:

juzgaban que al cuerpo ya muerto acompañaba el alma em sua sepultura, aunque separada; y asi muchos enterraban sus muertos em una grandes tinajas, poniendo um plato em la boca, para que em aquela concavidad estuyese más acomodada el alma, aunque estas tinajas las enterraban nasta el cuello. Y cuando a los cristianos enterrábamos em la tierra, acudia al disimulo uma vieja com um cedazo muy curioso y pequeño, y muy al disimulo traia el cedazo por la sepultura, como que sacaba algo; com que decían que em él sacaban el alma del difunto para que no padeciese enterraba com su cuerpo. (MONTROYA, [1939] 1989, p. 78).

Nesse quadro pré-colonial, o Rio Paranapanema comparece para os grupos indígenas como principal via de comunicação e transporte, fonte de matéria-prima e alimentação.

Por outro lado, conforme as nuances do período colonial com a chegada dos europeus no “Brasil”, mais precisamente Morais (1999) esclarece, que a política colonial das coroas ibéricas no período da conquista e a própria formação da sociedade nacional alteraram profundamente os padrões de ocupação indígena. Expedições bandeirantes providas do território colonial português aniquilaram, em meados dos anos seiscentos, as missões jesuíticas do Paranapanema, provocando a vigência de um verdadeiro deserto humano que se prolongou até meados do século XIX (nesse intervalo, índios kaingang e ofaié passaram a percorrer a área).

Sítios arqueológicos pré-coloniais guarani: uma das histórias contida na paisagem

Toda paisagem habitada pelos homens traz a marca de suas técnicas. [...] A paisagem não é senão um ponto de partida. Se os

objetos técnicos ocupam a superfície da Terra, é para atender às necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, alojar-se, deslocar-se, cercar-se de objetos úteis (SANTOS, 1996, p. 30).

Nesse sentido, segundo Andrade (2002, p. 92-93), “a análise geográfica ocupa um lugar em qualquer investigação sobre as civilizações”, haja vista que cada uma para se constituir enquanto grupo social ou sociedade apropria-se de um espaço para lhe servir de suporte.

De maneira geral, refletir sobre tal pressuposto com fim de apreendermos um pouco a dimensão vivida pelos índios guarani quando se estabeleceram às margens do Rio Paranapanema, deixando as marcas culturais – os seus artefatos – na paisagem, como atestado da sua presença para a nossa época, leva-nos a uma questão freqüentemente debatida nos estudos geográficos, no que se refere ao modo como o homem percebe e cria o meio em que vive. Dessa preocupação, o que geralmente tem acarretado são as discussões envolvendo lugar e paisagem, estendendo-se ao espaço geográfico. É, pois, sob essa influência que segue à discussão de paisagem neste trabalho.

Conforme Moraes (1988, p. 16, grifo nosso), “não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço”.

Essa materialidade com sua situação única no lugar, a que se refere o autor, percebida por um olhar, é chamada de paisagem. Como nos diz Luchiari (1999, p. 67),

a paisagem, além da materialidade, é a referência perceptiva do indivíduo que num golpe de vista, a toma para si. Ele organiza seus dados sensoriais para dar sentido ao mundo que vê. [...] Se a paisagem é única, a visão que temos dela depende de cada um, pois para apreendê-la cada indivíduo seleciona de forma diferente os seus canais perceptivos. Também a representação das paisagens pelo imaginário coletivo é, no espaço e no tempo, seletiva. Não são as paisagens que se revelam. É a sociedade que valoriza, inventa, elege ou condena as paisagens do seu tempo.

O homem, no seu dia-a-dia, apreende para si um significado da materialidade, com um fim de pensá-la e de orientar-se nesse espaço. É um exercício que consiste em sair do campo do desconhecido para o conhecido, exercendo algum tipo de controle, mediado pela cultura. É torná-lo o seu lugar, o seu território.

Assim, conforme indica Luchiari (2000, p. 22), “as paisagens não existem *a priori*, como um dado da natureza, mas somente em relação à sociedade”.

O verdadeiro conteúdo da paisagem só se descobre por meio das funções sociais que lhes são constantemente atribuídas no desenrolar do processo histórico e do(s) modo(s) de produção. Explicando melhor, “tomada isoladamente, a paisagem é um vetor passivo, [um fetiche que conduz muito mais ao consumo do que ao lugar]. Somada ao valor social que a ela é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social” (LUCHIARI, 1999, p. 67).

Desvendar a paisagem é buscar compreender quais as forças e processos econômicos, políticos e sociais atuam e atuaram sobre aquele ambiente. São estas forças e processos que o tornam como se apresenta em sua configuração paisagística do momento, isto é, na construção e reconstrução da paisagem que acontece a cada momento. É nisto que estão os dados, situações e processos não visíveis, mas que estão presentes na paisagem. Para conhecê-los, temos que buscar as respostas nos “porquês” de cada elemento que compõem a paisagem (isto nos conduz a compreender seu processo gerador). Então, isto significa buscar “o porquê” do que é visível na apreensão do que não é visível, mas é determinante nesta configuração visual (SILVA, S., 2004, p. 23, grifos nossos).

Assim, Luchiari (1999, p. 68) complementa que “a ação social dá vida, dinamismo e função às formas que, renovadas, darão impulso para novos movimentos da sociedade. É a ação social que dá vida à forma, mas é na relação entre forma e vida que a paisagem se transforma em espaço, ou forma-conteúdo”.

Complementa a autora ainda que,

[...] tecidas com linhas do passado e do presente, a paisagem acumula formas e a localiza. O espaço é a forma-conteúdo, o presente em constante movimento. As formas peculiares das paisagens são importantes, mas não se chega à compreensão do espaço apenas através delas. As formas se transformam em espaço ao serem interpenetradas pelo valor, pelo uso e pela ação que lhes dão conteúdo (LUCHIARI, 1999, p. 68, grifos nossos).

Santos (1996, p. 88) revela que a sociedade se geografiza por meio dessas formas-paisagens,

atribuindo-lhes uma função que ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e

as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas.

O tempo é uma condição que fica evidente na percepção da paisagem, haja vista a condição da sociedade e, por extensão, a apropriação do espaço. Como lembra Milton Santos (1986, p. 38), a “paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”.

Em geral, a paisagem como presente, contém formas do passado. No entanto, mais do que formas herdadas, para cada grupo humano que reconhece nessa paisagem o seu lugar, reconhecendo-a de valor e de significado, essa paisagem passa por um processo contínuo de reapropriação e ressignificação. Destaca-se aí o papel da cultura, a qual por meio da memória coletiva mantém um parâmetro norteador para o entendimento dessas formas-objeto em novos contextos, de forma que a qualificação da paisagem seja sempre atual, haja vista que “é a ação social que dá sentido às paisagens, e não o contrário” (LUCHIARI, 1999, p. 88).

Nesse sentido, ressalta-se que a paisagem objeto deste estudo é um reflexo da composição material do lago da Usina Hidrelétrica da Capivara, área de pastagens e vestígios arqueológicos, que juntos trazem transformações constantes na configuração do lugar. Ou seja, a princípio sabe-se que cada uma dessas formas-objeto dá concretude a um momento da história humana produzida nesse local. No entanto, não é suficiente buscar apenas uma datação histórica para cada elemento dessa paisagem, mas concentrar a análise em como cada parte contribui hoje para entender a dinâmica envolvendo esse lugar, buscando o todo.

Referente à paisagem em análise, destacam-se certas condições naturais que contribuem para a exposição de algumas formas-objeto que poderiam passar despercebidas, uma vez que, em determinadas épocas do ano, encontram-se submersas pelas águas do lago da Usina Hidrelétrica da Capivara, por exemplo, os sítios arqueológicos pré-coloniais dos grupos guarani. Em outras palavras, essa paisagem é uma confluência entre formas antigas e formas novas: sítios arqueológicos, pastagens e o lago da usina.

No entanto, se a apreensão da paisagem nessa área deve-se à anterioridade de processos naturais como o recuo da água, ressalta-se, em paralelo, os valores culturais da nossa sociedade que dita uma atenção especial aos locais e objetos representativos da nossa identidade, tais como os sítios arqueológicos pré-coloniais de grupos guarani. Seguindo as regulamentações jurídicas que envolvem a proteção e a preservação de alguns lugares e/ou artefatos, caracterizados como “patrimônio cultural”, é

que se faz legítimo o salvamento arqueológico, tal como é o caso em epígrafe. Essa preocupação é de importante relevância para o entendimento da valorização dos sítios, bem como, também responde o porquê da presença da equipe de Arqueologia nessa paisagem em estudo.

De modo geral, em face dessas condições, percebe-se que essa paisagem é um reflexo das ações sociais de diferentes sociedades que exerceram e exercem domínio nesse lugar. Traz, então, marcas de diferentes formas de apropriação do espaço, produzidas distintamente conforme a dinâmica da sociedade que aí viveu ou vive.

Desse modo, Luchiari ressalta a condição do tempo em permanecer presente no espaço, haja vista que “formas antigas são chamadas para atender novas funções, novas formas também introduzem outros conteúdos. Por isto, o espaço, no tempo, refuncionaliza-se” (LUCHIARI, 1999, p. 73).

Nesse sentido, Luchiari segue seu trabalho problematizando a posição da sociedade por eleger uma determinada paisagem para si, numa ação que traz, intrinsecamente, a condição de renovação/descarte de uma paisagem perante o contexto social legitimador para a sua permanência. Como objeto de estudo, a autora analisa a construção da paisagem envolvendo a cidade litorânea de Ubatuba, que de lugar do modo de vida caçara, ganhou o sentido de paisagem “natural?”, mediante a lógica de produção da atividade turística.

Pondo em realce a discussão do movimento de mudança dos conteúdos, dos usos e dos valores atribuídos às formas, os quais variam ao longo do tempo, abre-se uma janela para refletirmos a condição de sítios arqueológicos em um dado lugar. Considerando a antiguidade dos sítios, eles fazem parte da concretude do lugar. No entanto, quando se trata do conteúdo da paisagem, os elementos da cultura material de povos indígenas podem não ter sido objeto de atenção por parte da sociedade não-indígena, negando-lhes compor paisagens e por extensão, dotá-las do caráter de patrimônio cultural brasileiro.

Como exemplo, na área de influência do Rio Paranapanema, com o advento do trabalho da Comissão Geográfica e Geológica desbravando o sertão, a partir do ano de 1886, teve-se a experiência de exterminar e/ou expulsar os índios habitantes daquelas terras, a fim de instalar no local grandes lavouras de café, principalmente.

Por sua vez, é imperioso também ressaltar que a construção de uma usina hidrelétrica sem um prévio estudo arqueológico para o registro e resgate de objetos culturais localizados na área de influência desse tipo de obra, principalmente, na área de formação do seu lago, é atualmente um ato irregular se comparado às condições históricas que predominavam no ato da construção da UHE da Capivara, em 1974. Contudo, considerando as

condições submetidas ao lugar de localização desses sítios, sabe-se que se, por vezes, as águas escondem os vestígios da nossa vista, por ora, a água também efetuou um processo de proteção e conservação dos objetos, haja vista que o contínuo uso do subsolador no desenvolvimento do plantio de arroz e soja, tal como é feito em outras áreas da fazenda na atualidade, delegaria a fragmentação das vasilhas guarani que hoje são encontradas inteiras às margens do lago³.

Frente a essas colocações envolvendo os termos paisagem, espaço, tempo e lugar, se atualmente há uma valorização dos sítios arqueológicos na paisagem, isto se deve à idéia de patrimônio cultural que os reconhece como exemplares da memória coletiva brasileira. Mais especificamente, essa paisagem é tida como recurso do patrimônio por evidenciar uma imagem do lugar onde se dá a prova do estabelecimento de grupos ceramistas-horticultores da etnia guarani. Assim, essa paisagem, mais do que apresentar formas-objeto, é fonte de estudo para desvendar a dinâmica cultural estabelecida pelos grupos pretéritos no seu território, bem como, favorece meios para que compreendamos uma história envolvendo a formação do território brasileiro, fortalecendo a nossa ligação de identidade com esse espaço.

Desse modo, eis a razão para que esses tipos de lugares, constituídos por sítios arqueológicos, encontrem, cada vez mais, respaldo jurídico em leis de proteção ambiental, tendo como pressuposto legitimador manter para a posteridade um bem cultural que dá(rá) sustentação à identidade nacional.

Nesse sentido, sabe-se que “podem, as formas durante muito tempo, permanecerem as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 1996, p. 77). Então, mais uma vez o que está em voga é a simples questão de que o homem só se apropria daquilo que faz sentido para ele, dotando de uso e significado, ou, na maioria dos casos, de novo uso e significado.

Os vestígios arqueológicos e o patrimônio cultural

³ É importante destacar que apesar dessa particularidade encontrada para os sítios em Iepê, é de crucial importância que estudos arqueológicos sejam realizados antes da construção de usinas uma vez que se tem a probabilidade de obter melhores dados qualitativos para investigar a dinâmica social-cultural pretérita empreendida nesse local pelos seus antigos habitantes. Para tal fim, no trabalho arqueológico há métodos que amparam a localização de sítios arqueológicos com base em “modelos preditivos”. Por exemplo, quando se trata de prováveis áreas de ocupação guarani, leva-se em consideração que havia uma preferência por locais próximos a fontes d’água, a fontes de argila, a depósitos de cascalheiras, bem como, apresentando relevo suave e vegetação de floresta.

Frente a essa discussão estabelecida no tocante aos artefatos da cultura material de grupos pré-coloniais guarani, faz-se necessário esclarecer um pouco sobre o título recebido de “patrimônio cultural”.

Como indica Andrade (2002), a classificação de um objeto como patrimônio cultural requer como causa a busca da própria identidade do grupo. Identidade esta que na sua ligação intrínseca com o lugar, foi e é passível de mudança ao longo do tempo. Assim, não coloquemos como causa para mudanças identitárias o tempo como sujeito da mudança, mas, a própria criatividade humana que implica na transformação dos lugares seguindo princípios que os tornem apropriados para o desenvolvimento de uma vida social aceita pelos seus habitantes.

Desse modo, “pode-se considerar como sendo Patrimônio Cultural todo o conjunto de bens materiais ou não, mas que seja representativo da história de uma determinada sociedade e que a ela confere identidade” (ANDRADE, 2002, p. 25), que no caso em epígrafe, toma-se como destaque, o patrimônio cultural arqueológico pré-colonial de grupos indígenas guarani, a fim de apreendermos a identidade brasileira.

Tendo o processo cultural como causa para discutir os vestígios arqueológicos guarani como parte do patrimônio cultural brasileiro, atemos, especificamente, à ligação cultural que os índios guarani pré-coloniais estabeleceram com a paisagem na sua situação de lugar/território guarani, o qual, mais tarde, viria a englobar o território brasileiro e, mais especificamente, constituiria o Município de Iepê-SP.

Maria F. B. Ribeiro (2000, p. 262), remetendo-se as reflexões de Guattari, diz: “o que sustenta o espaço construído não é apenas a ordem material, a forma. Ele tem autoconsciência subjetiva”. As casas, o posto de gasolina, a rodoviária, a cancha representam modelos de subjetividade, produtos de identidade de homens e mulheres com o espaço vivido. Continua ainda a dizer que, para Michel de Certeau: “o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” e mais ainda, ao propor que “os relatos efetuam portanto um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares”.

Como é sabido, não podemos mais contar com os relatos dos índios guarani para apreendermos a profundidade simbólica que abarcou essa forma-paisagem quando a mesma teve a função de território – “lugar praticado” – como realidade vivida. Mas, por sua vez, podemos considerar os objetos culturais guarani como um relato do cotidiano desses indígenas pretéritos.

Segundo Andrade (2002, p. 89), “o espaço geográfico só tem sentido quando observado sob o ponto de vista das relações humanas nele

estabelecidas. A forma de apropriação do espaço e dos interesses envolvidos nesse processo é que dão conformidade e importância a um determinado território”.

Ressalta-se então o significado do território como usado, ou seja, na sua ligação entre chão e identidade. É nesse processo que se valoriza os objetos do grupo guarani pelo fato de indicarem uma ancestralidade cultural da ligação com esse lugar, formando mais tarde a identidade brasileira, ou seja, chão e identidade.

Nesse sentido, ressalta-se a reflexão que Mesquita (1995, p. 83) traz referente a território, identidade e espaço. Para a autora:

o território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território. Assim me sinto diante do território.

Nas palavras de Andrade (2002, p. 23): “patrimônio cultural está intimamente ligado com o passado, que só se busca identificar na medida em que se procura constituir a própria identidade, que foi ou está sendo construída ao longo do tempo”.

Nesse sentido,

o Patrimônio Cultural é constituído de bens culturais, que são a produção intelectual dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual e material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo o que permite ao homem reconhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural (Ibid., p. 25).

A respeito do Patrimônio Cultural, a Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 216, caracteriza que

constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

1. as formas de expressão;
2. os modos de criar, fazer e viver;
3. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

4. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
5. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Sob o título de patrimônio cultural arqueológico remete-se, então, à questão da memória guarani para contextualizá-la de valor e, conseqüentemente, como é/foi o processo de formação da identidade cultural brasileira.

É nesse aspecto que o patrimônio cultural ganha visibilidade e sentido. De acordo com Lemos (1985, p. 8), patrimônio cultural é o acervo maior de uma nação ou de um povo e envolve todo o rol de objetos denominados “culturais” uma vez que, “entre todos eles, quaisquer que sejam os atributos que se lhes der, existe forte travamento de relações estabelecidas”. Ainda de acordo com Lemos, segundo a definição de Hugues de Varine-Boham, o Patrimônio Cultural pode ser dividido em três grandes categorias de elementos:

Primeiramente, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Nesta categoria estão, por exemplo, os rios, a água desses rios, os seus peixes, a carne desses peixes, as suas cachoeiras e corredeiras, etc. [...].

O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos tangíveis do Patrimônio Cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem ao seu meio ambiente. Vai desde a perícia do rastejamento de uma caça esquiva na floresta escura até às mais altas elucubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem [...].

O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Aliás, a palavra artefato talvez devesse ser a única a ser empregada no caso, tanto designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário, ou uma igreja ou a própria cidade em volta dessa igreja.

Vesentini (1997) esclarece que sob o rótulo patrimônio cultural abrange-se o que é patrimônio histórico e ecológico, haja vista que “patrimônio cultural é um conjunto mais amplo de bens e valores” (ANDRADE, 2002, p. 23). Assim,

o patrimônio cultural inclui e subsume tanto o histórico como o ecológico. Pois o que é histórico, digno de registro, de perpetuação, símbolo de gerações passadas, o é somente frente ao nosso presente e aos nossos valores e dilemas culturais (VESENTINI, 1997, p. 52).

Scifoni (2003) chama atenção aos bens culturais representativos da memória social. A memória não é única mas plural, pois é sempre uma maneira de diversos grupos sociais. Sua preservação se faz assim em nome da coletividade como um legado que se deixa para futuras gerações. Se faz, portanto, em nome de um interesse público.

Segundo Le Prestre (2002, p. 64 citado por Scifoni, 2003), interesse público é, antes de tudo, um conceito relativo, uma ‘construção política e ideológica temporária’. Ele se define, em cada contexto, não como o que o governo estabelece, mas no debate político, como fruto do amadurecimento e da consciência política. É assim, que o patrimônio cultural e o ambiente se tornaram parte do interesse público, constituindo-se nos chamados ‘direitos sociais amplos’, num processo que vem ocorrendo e se fortalecendo desde os anos 1980, a partir da inserção dessas preocupações na ordem do dia.

Referente às relações sociais, não se deve abster que as mesmas estão sempre permeadas de jogo de poder: relações entre grupos, entre comunidades, entre indivíduos, em que existirão segmentos dominados e segmentos dominadores, sendo que estes têm, em maior ou menor grau, a capacidade de controlar ou influenciar (ainda que de forma indireta) a produção material – e assim, a produção cultural dos primeiros.

Como já ressaltou Pierre Clastres (1974), não nos referimos aqui aos grupos indígenas já que eles foram denominados pelo cientista como “a sociedade contra o Estado”, ou sociedades igualitárias, na razão de não reconhecerem autoridade para um chefe político. Porém, nas sociedades urbano-industriais, a segmentação da sociedade em classes influencia o desenvolvimento do seguinte processo:

o componente elitista da noção de cultura no senso comum também tem um lastro de verdade, na medida em que as classes dominantes são privilegiadas no sentido de terem os recursos, o tempo, o lazer e o treinamento para poder se apropriar dos bens culturais mais elaborados.

As classes populares são privadas desses recursos e tem freqüentemente que produzir elas próprias os bens culturais para o seu consumo, de um modo muito mais difícil, muito mais empobrecido e muito menos cumulativo. A produção das camadas

pobres não se arquivam e, portanto, uma vez produzida, pode ser rapidamente perdida. A memória popular é uma memória curta, exatamente porque depende da memória das pessoas. (ANDRADE, 2002, p. 64).

Como insiste Darcy Ribeiro (1978), os grupos indígenas historicamente conhecidos (e com maior razão os pré-coloniais) estão presentes em nossa história por exclusão. Ou ainda, segundo Durham (citado por Andrade, 2002, p. 63), “os monumentos que se conservam são aqueles que estão associados com os feitos e a produção cultural das classes dominantes. Raramente se preserva a história dos dominados”.

Em outras palavras, “é certo que a história da cultura de uma sociedade está, naturalmente, relacionada de modo direto à preservação de sua memória” (MORLEY, 1984, p. 213), e para tanto, considera-se a importância dos artefatos da cultura material de uma classe (sejam elas sob a forma de artefatos, de obras de arte, ambos decorrentes de conhecimentos adquiridos, que também constituem elementos de patrimônio) para se entender a cultura, na razão que esses artefatos caracterizam-se por si só como documentos valiosíssimos, pois dão testemunho e têm fidelidade. Concomitantemente, deve-se levar em conta que esses bens materiais só são significativos porque estão permeados de relações sociais, de significados e simbologias.

Andrade (2002, p. 69), com base em Souza Filho, menciona que,

os bens culturais materiais – móveis ou imóveis – só o são porque guardam uma evocação, representação, lembrança, quer dizer, por mais material que sejam, existe nos bens culturais uma parcela de imaterialidade, que é justamente o que os faz culturais. Assim, o valor cultural da obra de arte não está no material com o qual foi construída, mas no que a construção evoca, seja um estilo, um processo tecnológico ou fato histórico. A última casa de adobe é uma referência a um processo construtivo, portanto, cultural. Há bens culturais, porém, que não se revestem desta materialidade, porque não importa sua matéria-prima ou o suporte que as materializa, mas apenas a evocação ou representação que sugerem.

Nesse sentido, é que se estima o valor social presente nos artefatos materiais da cultura guarani, o patrimônio arqueológico, frente ao nosso atual momento histórico. À Arqueologia, enquanto objeto de estudo, cabe a ela “conhecer e explorar objetos abandonados, perdidos ou de uso cotidiano, para reconstituir a vida e a cultura de comunidades passadas ou de momentos culturais diferentes do atual” (ANDRADE, 2002, p. 24). De certa forma, ao passo que os vestígios de ocupação de um grupo são

estudados, vê-se a possibilidade de contribuir para o não esquecimento da história de um povo que foi subjugado em nome de um projeto de modernidade brasileira, mas, principalmente, esse resgate possibilita perpetuar um momento da história do Brasil, no caso envolvendo populações indígenas pré-coloniais, exemplificado pelas marcas de ocupações deixadas no Vale do Rio Paranapanema.

Últimas considerações

Com essa análise temática envolvendo paisagem e patrimônio cultural para o entendimento dos sítios arqueológicos de grupos indígenas guarani pré-coloniais, apresentamos apontamentos sobre o que se apreendeu de um momento de observação e o questionamento como caminho para conhecer a paisagem.

É neste sentido que não se pode entender o sítio arqueológico apenas pela sua forma, pela sua espacialidade, como uma concentração de antigos objetos guarani num dado local, mas sim pela história que essa configuração espacial retém de um cotidiano pretérito, onde homens e mulheres estabeleceram maneiras de organizar esse local, ao passo que desenvolviam uma série de atividades requeridas por um jogo de regras sociais para a manutenção da vida grupal. Como meio e fim, essa área do sítio arqueológico deve ser pensada como um componente fundamental da identidade guarani, reconhecendo-a como um lugar guarani e/ou território(s) guarani, para uma realidade pré-colonial.

No entanto, ao fazer uma leitura da nossa paisagem priorizando o sítio arqueológico pelo viés do ideário do patrimônio cultural da nação, isso significa que o que é apreendido (“hoje”) como paisagem guarda interfaces da somatória do que foi o passado e o que é o presente, bem como suscita projetos do que será no futuro. A própria razão de ser do “patrimônio” evoca que pensemos o que se vai deixar para as futuras gerações; para tanto, partimos do presente para o passado, a fim de conhecer a constituição-formação do que é esse patrimônio hoje e o que teremos condições de deixar como legado.

A ligação entre futuro e patrimônio se estabelece com a preocupação de acesso as raízes de uma identidade e a sua perpetuação, a qual é/será passível de mudanças. Como reconhecem os antropólogos, a cultura é dinâmica.

Paralelamente e intrínseca a essa condição que o patrimônio suscita, tal postura advém do debate que envolve, cada vez mais, a sociedade num todo, quanto ao debate de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. É perante essa problemática ambiental que o sítio arqueológico ganha destaque, sendo alvo de políticas públicas.

Considerando a espacialidade do sítio arqueológico um tipo de patrimônio, tais políticas visam a preservar e/ou a conservar.

De maneira geral, isso contribui para que a memória de povos indígenas pretéritos não seja ainda mais esquecida e/ou renegada como sem importância para a construção do espaço brasileiro e, principalmente, à consciência daqueles que hoje, no Brasil, se reconhecem como índios guarani.

Referências bibliográficas

ANDRADE, S. M. O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem. 2002, 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP/FFLCH, São Paulo.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, 152 p.

FAUSTO, R. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. (Org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: SMC/FAPESP/Cia das Letras, 1992. p. 381-396.

FIGUTI, L. Origens e expansão das sociedades indígenas: guia temático para professores. São Paulo: Edusp, 2000. 20 p.

GOMES, D. M. C. Cerâmica arqueológica da Amazônia: vasilhas da coleção Tapajônica MAE-USP. Fapesp. Edusp. São Paulo, 2002. 384 p.

LEMOS, C. A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985. 115 p.

LUCHIARI, M. T. D. P. O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. 218 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

_____. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. Revista de Antropologia: São Paulo, USP, v. 40 nº 2. 1997.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: _____; BRANDÃO, C. R. (Orgs). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995. p.76-92.

MONTÓYA, A. R. La conquista espiritual del Paraguai. 3.ed. Equipo difusor de estúdios de História Iberoamericana: Rosário, 1989. 288 p.

MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988. 156 p.

MORAIS, J. L. Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema paulista. 1999, 238 f. Tese (Livre-Docência em Arqueologia Brasileira). USP/MAE, São Paulo.

MORLEY, E. J. Fazer arqueologia: resgatar memórias. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

NOELLI, F. S. Sem tekoá não há teko: Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Jacuí - RS. 1993. 490 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre.

OLIVEIRA, S. N. A Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena. 2002, 135 f. Dissertação de mestrado - Universidade de Campinas, Campinas.

RIBEIRO, D. Os brasileiros: livro I – teoria do Brasil. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 177 p.

RIBEIRO, M. F. B. A reinvenção da paisagem e os espaços da memória. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 259-272.

ROBRAHN GONZÁLEZ, E. M. A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central. 1996, 232 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Problemática arqueológica da ocupação de grupos ceramistas no Vale do Paranapanema. Revista Terra Indígena: Assis, ano XV, n. 81, p. 14-42, mar. 2000.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 60 p.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SCATAMACCHIA, M. C. M. A Tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e Tupinambá: Fontes arqueológicas e etno-históricas. 1990, 310 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - FFCLH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCIFONI, S. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. GEOUSP – Espaço e tempo: São Paulo, n. 14, p.77-88, 2003.

SILVA, S. S. Observação e análise da paisagem no ensino e pesquisa na Geografia. Revista Cosmos: Presidente Prudente, n. 2 p.22-25, Fev.2004.

